

DIANA ROSSATO BENINCÁ

**ELABORAÇÃO E ANÁLISE DO FLUXO DE CAIXA:
UM MODELO SIMPLIFICADO**

Monografia apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Contabilidade e Finanças da Universidade Federal do Paraná, como requisito para obtenção do grau de especialista em Contabilidade e Finanças, sob a orientação do Prof. Moisés Prates Silveira.

PALOTINA

2006

RESUMO

Atualmente as empresas buscam atingir de forma satisfatória suas metas e, conseqüentemente, seus objetivos. Para tanto, é necessário que haja uma boa gestão de seus recursos financeiros, ou seja, um adequado planejamento e controle dos mesmos. Assim torna-se necessário que o administrador disponha de ferramentas confiáveis que lhe permitam trabalhar com segurança. No entanto vale ressaltar que, em razão de as empresas se diferirem umas das outras em virtude do seu perfil operacional, exige distinção também quanto às informações necessárias para a tomada de decisão. Por isso, é importante identificar qual o modelo mais adequado para cada empresa, no tocante à Demonstração do Fluxo de Caixa. Durante este estudo pode-se observar que existe um vasto material bibliográfico sobre o assunto. Sendo que existem autores que defendem a utilização da Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC e outros a Demonstração das Origens e Aplicações do Recurso – DOAR, como instrumento de gerenciamento. Como o objetivo deste estudo foi conhecer melhor a DFC, buscou-se através de um modelo baseado no autor Matarazzo apresentar uma metodologia que pudesse atender as necessidades gerenciais das empresas. Este estudo teve por objetivo além de propiciar uma contribuição complementar aos estudos já existentes na elaboração da Demonstração do Fluxo de Caixa, apresentar um modelo simplificado, mas eficiente que possa atender as necessidades dos administradores de empresas, haja vista que os administradores tem dificuldade em extrair informações da DOAR.

Palavras-chave: fluxo de caixa, DOAR, modelo, demonstrativos contábeis, gerenciamento.

SUMÁRIO

RESUMO	iii
LISTA DE QUADROS	vi
1 INTRODUÇÃO	6
1.1 OBJETIVOS	7
1.1.1 Objetivo Geral	7
1.1.2 Objetivos Específicos	7
1.1.3 Delimitação do Estudo	8
1.1.4 Metodologia	8
1.1.4.1 Definição das Perguntas da Pesquisa	9
2 REFERENCIAL TEÓRICO	10
2.1 CONTABILIDADE	10
2.1.1 Histórico da Contabilidade no Mundo e no Brasil	10
2.2 EVOLUÇÃO CONCEITUAL SOBRE FLUXO DE CAIXA	11
2.3 DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	13
2.3.1 Planejamento de caixa	15
2.3.2 Finalidades do Fluxo de Caixa	17
2.4 FORMAS DE APRESENTAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	18
2.4.1 Método Direto	19
2.4.2 Método Indireto	21
2.4.3 Vantagens e Desvantagens dos Métodos	24
2.5 DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS – DOAR	25
2.6 COMPARAÇÃO ENTRE DFC E A DOAR	25
2.7 ELABORAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	27
2.8 UTILIZAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA COMO INSTRUMENTO GERENCIAL ..	34
3 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	37
4 CONCLUSÃO	45
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	47

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – MÉTODO DIRETO E MÉTODO INDIRETO	19
QUADRO 2 – MODELO DE FLUXO DE CAIXA DIRETO	21
QUADRO 3 – DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO	23
QUADRO 4 – BALANÇO PATRIMONIAL DA EMPRESA CIA. LÍQUIDA	28
QUADRO 5 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31.12X6	29
QUADRO 6 – DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31.12X6	29
QUADRO 7 – DOAR EM 31.12X6	29
QUADRO 8 – TRANSFORMAÇÃO DO RESULTADO ECONÔMICO (LUCRO OU PREJUÍZO) EM RESULTADO FINANCEIRO (CAIXA)	30
QUADRO 9 - GERAÇÃO BRUTA DE CAIXA	30
QUADRO 10 - GERAÇÃO OPERACIONAL DE CAIXA	31
QUADRO 11 - GERAÇÃO CORRENTE DE CAIXA	31
QUADRO 12 – DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO LÍQUIDO DE CAIXA EM 31.12.X6	32
QUADRO 13 – REFORMATAÇÃO DA DOAR	33
QUADRO 14 - DFLC X DOAR	34
QUADRO 15 – BALANÇO PATRIMONIAL	39
QUADRO 16 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO ANO 02 ...	39
QUADRO 17 – DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO ANO 02	40
QUADRO 18 – DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS ANO 02	40
QUADRO 19 – DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO LÍQUIDO DE CAIXA PARA O ANO 02	41
QUADRO 20 – DEMONSTRAÇÃO DO CAPITAL DE GIRO	42
QUADRO 21 – DETERMINAÇÃO DA VARIAÇÃO DA NCG NO ANO 02	42
QUADRO 22 – PRINCIPAIS ÍNDICES	43

1 INTRODUÇÃO

Há algum tempo em função das transformações sócio-econômicas, as empresas vem passando por mudanças organizacionais, reduzindo suas estruturas vertical e horizontalmente.

A busca constante pela sobrevivência e por novos mercados tornou evidente a necessidade de instrumentos de informação e de novas formas de apresentação das demonstrações contábeis, a fim de obter um equilíbrio no fluxo de caixa decorrente de receitas e despesas.

Marion (2002, p.19) explica “não está propriamente na conjuntura econômica o foco principal das dificuldades enfrentadas pelas pequenas e micro empresas para sobreviver no Brasil... são os concorrentes vizinhos e problemas internos da empresa que, na maioria das vezes levam esses empreendimentos a falência”.

Para Campos Filho (1999, p.17) muitas empresas são eficientes ao produzir, no entanto, acabam perdendo competitividade e dinheiro na hora de administrar suas receitas e despesas.

Matarazzo (1997, p.363), acrescenta que o motivo de muitas empresas irem a falência é a incapacidade de gerir seu fluxo de caixa.

Atualmente no Brasil as empresas são obrigadas pela Lei 6.404/76 a apresentarem as seguintes demonstrações: balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício, demonstração de lucros ou prejuízos acumulados, demonstração das mutações do patrimônio líquido e a demonstração das origens e aplicações de recursos (MARION, 2002).

Embora tais demonstrativos apresentem uma radiografia da empresa, sua linguagem é de difícil interpretação. Para Matarazzo (2003, p.17) “as demonstrações financeiras apresentam-se carregadas de termos técnicos e suas notas explicativas são feitas exclusivamente para técnicos ...”.

Por isso vem crescendo a utilização de um relatório gerencial de fácil entendimento, denominado demonstração do fluxo de caixa.

Iudícibus e Marion (1999) explicam que essa demonstração ainda é utilizada para fins de gerenciamento, mas encontra-se em discussão o ante projeto de alteração da Lei 6.404/76, substituindo a demonstração das origens e aplicação de recursos – DOAR pela demonstração do fluxo de caixa – DFC.

Segundo os autores a DFC “demonstra a origem e a aplicação de todo o dinheiro que transitou pelo caixa em um determinado período e o resultado deste fluxo (IUDÍCIBUS e MARION, 1999, p.218).

A demonstração do fluxo de caixa é uma ferramenta que permite programar e acompanhar as entradas e saídas de recursos financeiros, através dela é possível saber se a empresa foi auto suficiente no financiamento de seu giro e se é capaz de expandir com recursos próprios.

Para Gitman (1997, p. 586)

o planejamento de caixa é a espinha dorsal da empresa. Sem ele não se saberá quando haverá caixa suficiente para sustentar as operações ou quando se necessitará de financiamentos bancários. Empresas que continuamente tenham falta de caixa e que necessitem de empréstimos de última hora, poderão perceber como é difícil encontrar bancos que as financie.

A questão orientadora deste estudo é apresentar um modelo de demonstração de fluxo de caixa que possa satisfazer aos usuários, apresentando de forma simples porém rica em detalhes a situação financeira da empresa.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo Geral

Apresentar modelo de demonstração de fluxo de caixa que possa ser utilizado pelas empresas.

1.1.2 Objetivos Específicos

- Pesquisar bibliograficamente as correntes doutrinárias defensoras da utilização das demonstrações do Fluxo de Caixa (DFC), comparando-as com as que

defendem o emprego da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos – DOAR como mais vantajosa;

- Demonstrar exemplificadamente um modelo simplificado de DFC, iniciando pela DOAR até chegar finalmente a demonstração do Fluxo Líquido de Caixa – DFLC.

1.1.3 Delimitação do Estudo

O estudo foi realizado, basicamente sob a forma de pesquisa bibliográfica com o intuito de ter uma visão abrangente das várias formas de elaboração de fluxo de caixa.

Todavia, por ser um assunto ainda em discussão no meio acadêmico e profissional, muitas empresas têm apresentado dificuldades na escolha de um modelo de Fluxo de Caixa.

1.1.4 Metodologia

O estudo se caracteriza basicamente pela pesquisa bibliográfica, buscando através da leitura e da investigação em várias obras, visões e abordagens de diferentes autores.

Segundo Martins (2000, p.29)

Pesquisa bibliográfica: trata-se da abordagem metodológica mais freqüente dos estudos monográficos. Procura explicar e discutir um tema ou problema com base em referências teóricas publicadas em livros, revistas, periódicos, etc. Busca conhecer e analisar contribuições científicas sobre determinado tema. É um excelente meio de formação científica quando realizada independentemente – análise teórica – ou como parte de investigações empíricas.

1.1.4.1 Definição das Perguntas do Estudo

Este estudo buscará sanar algumas perguntas, são elas:

- O que é Demonstração de Fluxo de Caixa?
- São excludentes entre si as informações geradas pela Demonstração dos Fluxos de Caixa e pela Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos?
- O Fluxo de Caixa é capaz de gerar informações de relevância aos seus usuários?
- Pode-se considerá-lo como instrumento de avaliação de desempenho nas empresas?

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 CONTABILIDADE

2.1.1 Histórico da Contabilidade no Mundo e no Brasil

Desde os primórdios da civilização existem evidências da existência e utilização da contabilidade. Não as formas contábeis com as quais estamos acostumados hoje, mas sim, uma forma primitiva utilizada pelo homem para controlar seu patrimônio, que na época era representado por rebanhos, armas, escravos, bebidas, entre outros.

O livro de Jó é considerado o mais antigo da Bíblia. Já no início deste livro há uma descrição exata da riqueza de Jó, nos seus mínimos detalhes. Isto mostra que Jó, considerado na época o homem mais rico do Oriente, tinha um excelente contador (Mais ou Menos 4.000 aC). Também são conhecidos cuneiformes em cerâmicas que relatavam as transações entre egípcios e babilônicos, destacando-se pagamentos de salários e impostos (Mais ou menos 3.000 aC).(…) MARION, 1998, p. 32).

Nesta época como ainda não existia moeda e o comércio era feito através da simples troca de mercadoria, a forma contábil utilizada era um mero elenco de inventário físico, sem avaliação monetária. Como as propriedades e a riqueza são uma preocupação constante dos homens este teve que ir aperfeiçoando seu instrumento de avaliação da situação patrimonial à medida que as atividades foram desenvolvendo-se em dimensão e complexidade.

Ludícibus (1997) discorre que passando por cima da antiguidade, a contabilidade teve seu florescer como disciplina adulta e completa, nas cidades italianas de Veneza, Genova, Florença, Pizza e outras. Essas cidades e outras da Europa fervilhavam de atividade mercantil, econômica e cultural, mormente a partir do século XIII até o início do século XVII. Foi nesse período que Pacioli, escreveu seu famoso *Tractatus de Computis Et Escripturis*, provavelmente o primeiro a dar uma exposição completa e com muitos detalhes, ainda hoje atual, da contabilidade.

Inicia-se assim um largo período de domínio que se chamou Escola Italiana de Contabilidade.

Anos mais tarde, a Escola Norte Americana, impulsionada principalmente, pelo surgimento das grandes corporações, pelo desenvolvimento do mercado de capitais e também devido ao ritmo de crescimento norte americano, obteve grandes avanços das teorias e práticas contábeis.

Segundo Marion (1998, p. 33), a evolução da contabilidade no Brasil se deu com a criação, em 1902, da “Escola de Comércio Álvares Penteado”, em São Paulo, observou-se a adoção da Escola Européia de Contabilidade, basicamente a italiana e a alemã. Com a inauguração da Faculdade de Economia e Administração da USP (1946) e com o advento das multinacionais anglo-americanas, a Escola Contábil Americana começou a infiltrar-se em nosso país. Esta escola, todavia, começou a exercer uma influência mais significativa no ensino da Contabilidade na Brasil a partir do lançamento do Livro de Contabilidade Introdutória, no início da Década de 70, por uma equipe de professores da FEA/USP.

Ludícibus (1997, p. 36) complementa:

Uma característica atual do estágio de desenvolvimento da Contabilidade no Brasil é paradoxal: a qualidade de normas contábeis à disposição ou editadas por órgãos governamentais (devido a inoperância de nossas associações de contadores, o Governo teve de tomar a iniciativa) é claramente superior – principalmente agora com a Lei das Sociedades por Ações – à qualidade média atual dos profissionais que terão de implementar estas normas. Nossa legislação, historicamente, adianta-se sempre em relação aos homens que irão utilizá-la, isto é mais sentido no campo contábil.

Desta forma, relata-se que o desenvolvimento da contabilidade está extremamente relacionado ao desenvolvimento econômico de cada país. Em virtude do Brasil não ter tido o mesmo crescimento econômico que os Estados Unidos, o desenvolvimento da profissão contábil ocorreu de forma mais lenta.

2.2 EVOLUÇÃO CONCEITUAL SOBRE FLUXO DE CAIXA

Existe entre diversos autores o consenso de que a contabilidade na sua essência sempre esteve focada no “fluxo de caixa”. Sobre isso, Falcini (1995, p.40)

escreveu:

Nos 500 anos que precederam os anos 30 deste século (1430 a 1930), o foco central da contabilidade e dos demonstrativos financeiros foi sobre o fluxo de caixa das empresas e por consequência, sobre a geração operacional líquida de fundos de caixa.

Nos últimos 50 anos, tem havido uma verdadeira obsessão no enfoque sobre a demonstração contábil de resultados e principalmente sobre o lucro líquido contábil e consequentemente lucro por ação.

Solomos (1961, p. 31) *apud* Campos Filho (1999) dispôs:

Do mesmo modo que vimos, durante a primeira metade do século, o demonstrativo de resultados substituir o balanço patrimonial em ordem de importância, podemos agora estar diminuindo a ênfase daquele demonstrativo em favor de um demonstrativo de fluxo de fundos ou fluxo de caixa.

Cada um de nós vê o futuro de modo diferente, sem dúvida, mas minha própria crença é que, no que concerne à história da contabilidade, os próximos 25 anos serão posteriormente vistos como a fase crepuscular do lucro contábil, como medida de desempenho.”

Drucker (1985, p.358) expressa-se sobre o tema desta forma:

O crescimento precisa de mais caixa e de mais capital. Se a nova empresa mostra um lucro, este é uma ficção : um lançamento contábil colocado apenas para ajustar as contas. E desde que os impostos são pagos baseados nesta ficção, ela cria uma obrigação de caixa e não um superávit. Uma iniciativa em crescimento precisa investir cada centavo do superávit operacional (de caixa) para sobreviver.

King (1994, p.17), *apud* Campos Filho (1999) definiu com propriedade:

Está implícito nos Princípios de Contabilidade Geralmente Aceitos (PCGA's) que os fluxos de caixa tomam conta deles mesmos, e que embora o caixa possa vir mais cedo ou mais tarde, no longo prazo, lucro e caixa serão iguais. O grande economista Lord Keynes, discutindo alguns aspectos econômicos, que envolviam o longo prazo para a solução de coisas que não funcionam, teria respondido: "sim, mas no longo prazo estaremos todos mortos.

Smith (1994, p.¹42) *apud* Campos Filho (1999) escreveu:

Os balanços expressam apenas as opiniões dos auditores, não os fatos. Dinheiro é fato. Caixa é fato. Não se pode produzir dinheiro com artefatos contábeis. Os investidores devem olhar para as empresas como olham os

¹ SMITH, Terry. Accounting for growth. Exame, 24 maio 1994.

banqueiros. O que importa é o volume de caixa. Se uma empresa anuncia lucros elevados, mas não está gerando caixa, provavelmente não está gerando lucro nenhum. É bom ter em mente que as empresas não quebram por falta de lucro. Elas quebram por falta de caixa.

Hendriksen (1999, p.109) *apud* Campos Filho (1999) resumiu:

A necessidade de se desenvolver demonstrativos de fluxo de caixa decorre do aumento da complexidade das atividades operacionais, o que provoca grandes disparidades entre o período no qual os itens de receitas e despesas são apresentados e o período no qual os correspondentes fluxos de caixa realmente ocorrem; tal complexidade pode provocar também maior variabilidade nos fluxos de caixa. A inflação e modificações estruturais da economia podem desenvolver a necessidade por demonstrativos de fluxo de caixa, visto que essas influências externas às empresas afetam mais rapidamente os fluxos de caixa do que o lucro contábil.

Conforme foi demonstrado, há inúmeras definições e argumentos ressaltando a importância das demonstrações dos fluxos de caixa, tanto para a empresa como para os investidores.

A importância da utilização do fluxo de caixa passou de mera ferramenta gerencial em alguns países para obrigação legislativa. Os Estados Unidos da América foram pioneiros no assunto. O FASB (Financial Accounting Standards Board), Comitê de Padrões de Contabilidade Financeira, subordinado à SEC (Security and Exchange Commission), entidade similar à nossa Comissão de Valores Mobiliários – CVM, editou em novembro de 1987 o FAZ n.º 95, divulgando o modelo a ser utilizado na demonstração dos fluxos de caixa.

A Inglaterra adotou a exigência em março de 1992, por meio da divulgação FRS (Financial Reporting Standard) n.º 01.

2.3 DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Santos (2001, p. 57) descreve que “fluxo de caixa é um instrumento de planejamento financeiro que tem por objetivo fornecer estimativas da situação de caixa da empresa em determinado período de tempo a frente”. As necessidades de informações sobre os saldos de caixa podem ser em base diária para o gerenciamento financeiro de curto prazo, ou períodos mais longos, como mês ou

trimestre, quando a empresa precisa fazer um planejamento por prazo maior. O fluxo de caixa é o instrumento capaz de traduzir em valores e datas os diversos dados gerados pelos demais sistemas de informação da empresa.

O fluxo de caixa serve para demonstrar como anda a situação da empresa, além de possuir informações que são utilizadas para tomadas de decisão referente aos recursos monetários. De acordo com Assaf Neto e Silva (1997, p.35):

fluxo de caixa é um instrumento que relaciona os ingressos e saídas (desembolsos) de recursos monetários no âmbito de uma empresa em determinado intervalo de tempo. A partir da elaboração do fluxo de caixa é possível prognosticar eventuais excedentes ou escassez de caixa, determinando-se medidas saneadoras a serem tomadas.

Ressaltando que a principal finalidade do fluxo de caixa é informar a capacidade que a empresa tem para liquidar seus compromissos financeiros a curto e longo prazo. O fluxo de caixa também possibilita identificar o processo de circulação do dinheiro, bem como do exame sobre a origem e aplicação do dinheiro que transitou pela empresa.

O fluxo de caixa, pode ser entendido de forma simplificada, ou seja, as movimentações de entrada e saída de caixa de uma entidade num determinado período ou exercício.

Para Zdanowicz (2000, p.40) pode-se definir fluxo de caixa como “o instrumento de programação financeira, que corresponde às estimativas de entradas e saídas de caixa em certo período de tempo projetado”. Embora possa parecer que o fluxo de caixa deva ser utilizado somente pela área, Santos (2001, p.64) busca ampliar esta visão acrescentando que “o fluxo de caixa é um receptor de dados financeiros gerados por todas as áreas da empresa. Projeções de recebimento de vendas e pagamentos de compras, pessoal, serviços de terceiros, juros, impostos, receitas e gastos diversos, são informações importadas de diversas áreas da empresa pelo fluxo de caixa”.

Zdanowicz (2000, p. 41) denomina alguns benefícios que as entidades podem obter com a utilização do fluxo de caixa:

- Facilita a análise de linhas de crédito a serem obtidas junto às instituições financeiras;
- Sistematiza o ingresso e desembolso de caixa, permitindo saber com antecedência os períodos de carência de recursos e o montante;

- Fixa o nível de caixa, em termos de capital de giro;
- Proporciona o intercambio de diversos departamentos da empresa (compras, marketing, vendas) com a área financeira;

Para Matarazzo (1997, p. 371) é possível extrair importantes informações sobre a capacidade financeira da empresa pelo fluxo de caixa:

- Possibilidade de auto financiamento nas operações de compra e produção;
- Capacidade de gerar recursos próprios para expandir os investimentos;
- Independência do sistema bancário no curto prazo;
- Amortizar antecipadamente dívidas.

Em síntese, com um perfeito acompanhamento e planejamento em conformidade com o Fluxo de Caixa, a empresa reduz substancialmente as surpresas financeiras desagradáveis, como o vencimento de um empréstimo em época sem recursos disponíveis o que geraria mais um custo em encargos financeiros para honrar este compromisso. O Fluxo de Caixa é uma ferramenta que auxilia na programação de pagamentos e ingressos futuros, e demonstrando qual o período que haverá deficiência ou disponibilidades de caixa. Assim sendo, pode-se afirmar que o Fluxo de Caixa, é uma ferramenta indispensável para o bom andamento, planejamento e continuidade de uma empresa.

2.3.1 Planejamento de caixa

A administração de caixa numa empresa abrange as atividades de planejamento e controle das disponibilidades financeiras que é a parcela do ativo circulante representada pelos depósitos nas contas correntes bancárias e aplicações financeiras de liquidez imediata. Santos (2001, p. 57) relata que “a administração de caixa começa com o planejamento de caixa, atividade que consiste em estimar a evolução dos saldos de caixa da empresa”. Essas informações são fundamentais para a tomada de decisão.

O planejamento de caixa não é uma atividade fácil pois lida com grande dose de incerteza, entretanto, seus benefícios, compensam largamente os esforços despendidos em sua implementação.

Zdanowicz (1998) coloca que através de sua experiência profissional tem comprovado que as dificuldades financeiras, especialmente as que embaraçam as micro e pequenas empresas, parecem decorrer das ausências do planejamento e do controle de suas atividades operacionais. Não que isso afirme que todos os fracassos possam ser evitados única e exclusivamente através de planejamento e de controle financeiros, porém muitos o seriam com certeza.

É importante o planejamento do fluxo de caixa, porque irá indicar antecipadamente as necessidades de numerários para o atendimento dos compromissos que a empresa costuma assumir, considerando os prazos a serem saldados. Com isso, o administrador financeiro estará apto a planejar com a devida antecedência, os problemas de caixa que poderão surgir em consequência de reduções cíclicas das receitas ou aumentos no volume de pagamentos (ZDANOWICZ, 1998).

Por outro lado Santos (2001) afirma que a necessidade de planejamento de caixa deve estar presente tanto em empresas com dificuldades financeiras, como naquelas bem capitalizadas. Para as empresas com problemas financeiros, o planejamento de caixa é o primeiro passo no sentido de buscar seu equacionamento. Nas empresas em boa situação financeira, o planejamento de caixa permite-lhes aumentar a eficiência no uso de suas disponibilidades financeiras.

Desta maneira, pode-se colocar que a projeção do fluxo de caixa (orçamento estimado) é o dado individual mais importante para controlar sua empresa. Um orçamento de caixa controla as gotas que sangram o negócio: uma compra desnecessária aqui, uma contratação malfeita ali, uma pequena doação a uma causa meritória. As gotas em pouco tempo formam uma torrente, e tampar essa saída é extraordinariamente difícil.

Portanto, é importante planejar corretamente o Fluxo de Caixa, em outras palavras é preciso saber exatamente quanto dinheiro poderá ter disponível e se esses recursos serão suficientes para cumprir as obrigações (pagar contas diversas, considerando os custos fixos, como aluguel de imóvel e salários de empregados, e os custos variáveis, como impostos, taxas e contas de luz, água, aquecimento, etc).

Em resumo, o Fluxo de Caixa opera em ciclos, desde a compra de estoques até o recebimento do dinheiro decorrente da venda de seus produtos a prazo. A análise do Fluxo de Caixa basicamente mostrará a relação entre a despesa decorrente do cumprimento das obrigações e a receita obtida pela venda de seus

produtos. A combinação da entrada e saída de dinheiro pode resultar em saldo positivo ou negativo. É conveniente que no final do mês a empresa tenha saldo em dinheiro suficiente para pagar suas obrigações do mês seguinte.

2.3.2 Finalidades do Fluxo de Caixa

As projeções de caixa da empresa têm várias finalidades. A principal delas é informar a capacidade que a empresa tem para liquidar seus compromissos financeiros no curto prazo. Outras finalidades do fluxo de caixa ressaltadas por Santos (2001) são:

1) Planejar a contratação de empréstimos e financiamentos:

A contratação de linhas de crédito para suprir as necessidades da empresa precisa ser feita no tempo e quantidade certos. A maioria das linhas de crédito requer algum tempo para a sua negociação e contratação. Por esse motivo, a empresa precisa saber antecipadamente quando vai usar recursos de terceiros.

O valor das linhas de créditos também precisa ser definido corretamente. Quando a empresa não tem boa previsão de suas necessidades de recursos de terceiros, por medida de segurança, tende a contratar em excesso. Entretanto, esse procedimento acarreta perdas, pois os recursos excedentes serão aplicados a uma taxa de juros bem menor do que seu custo. Destacando-se ainda que, as duas informações, quando e quanto contratar de financiamentos, podem ser obtidas do fluxo de caixa.

2) Maximizar o rendimento das aplicações das sobras de caixa:

No mercado financeiro, as taxas de juros por unidade de tempo (anuais, mensais, etc) crescem com o prazo de aplicação. Esse crescimento é devido à tendência do investidor em exigir uma taxa de juros maior para poder aplicar seu dinheiro por prazos mais longos.

Quando a empresa não possui previsão sobre a evolução de seus saldos de caixa, estes serão alocados em aplicações financeiras de resgate diário em que a rentabilidade é bem menor do que numa de resgate mensal. Se a empresa utiliza um fluxo de caixa, poderá haver ocasiões em que as projeções de caixa permitirão a ela fazer aplicações de sobras de caixa por períodos de 30 ou mais dias.

3) Avaliar o impacto financeiro de variações de custos:

Em determinadas situações, a empresa pode ver-se obrigada a não repassar aumentos de custos, sob pena de perder mercado. Nessas condições, ela já decidiu de antemão assumir as perdas acarretadas pelo não repasse do aumento de custos. As informações fornecidas pelo fluxo de caixa servirão para mostrar como a decisão de operar com prejuízo ou lucros reduzidos impactará a situação financeira da empresa.

4) Avaliar o impacto de aumento das vendas:

Quando o valor das vendas da empresa aumenta rapidamente, em virtude de melhora dos preços, ou aumento da quantidade colocada no mercado, é necessário projetar o impacto sobre a posição de caixa.

As informações geradas pelo fluxo de caixa permitirão que a empresa decida a melhor destinação para o excesso de caixa. Aplicá-la no mercado financeiro, liquidar dívidas antecipadamente ou fazer investimentos permanentes na expansão ou melhoria dos processos de operação são algumas das alternativas possíveis, dependendo dos saldos de caixa e respectivo cronograma informados pelo fluxo de caixa.

2.4 FORMAS DE APRESENTAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Segundo a NPC 20 do Ibracon – Instituto Brasileiro de Auditores Independentes, *apud* Campos Filho (1999) a Demonstração de Fluxo de Caixa deve ter quatro divisões básicas: as disponibilidades, as atividades operacionais, as atividades de investimento e as atividades de financiamento.

- Disponibilidade: dizem respeito as movimentações de caixa, como os depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de liquidez imediata;

- Atividades operacionais: envolve os recebimentos de vendas, pagamento de fornecedores, salários, tributos; ou seja, correspondem às contas de demonstração de resultado.

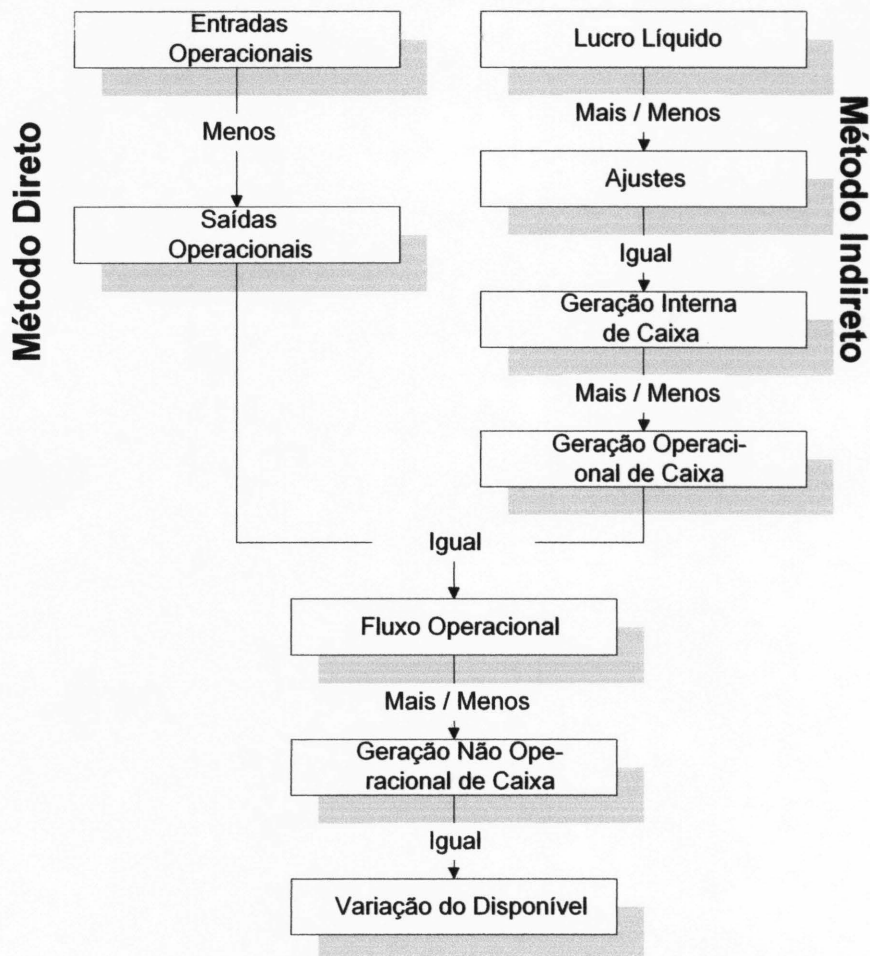
- Atividades de investimento: registra-se as aquisições ou venda de participações em outras entidades e de ativos utilizados na produção de bens ou prestação de serviços ligados ao objetivo da empresa; ou seja, correspondem ao

grupo Ativo Permanente.

- Atividades de financiamento: envolvem recurso de acionistas, captação de empréstimos, leasing.

Existem duas formas de apresentação da demonstração do fluxo de caixa: o Método Direto e o Método Indireto, conforme representação gráfica.

QUADRO 1 – MÉTODO DIRETO E MÉTODO INDIRETO



FONTE: SÁ (1998).

2.4.1 Método Direto

O Método direto caracteriza-se por apresentar os componentes do fluxo, ou seja, os recebimentos e pagamentos por seus valores brutos. Este método consiste em classificar os recebimentos e pagamentos utilizando as partidas dobradas, devendo constar os seguintes tipos:

- Recebimento de clientes;
- Juros, lucros e dividendos;
- Salários;
- Juros pagos.

Em outros termos pode-se dizer que este método representa todas as entradas e saídas que efetivamente ocorreram para a variação da conta disponível em certo período, originadas de atividades como recebimento por vendas efetuadas, pagamentos a fornecedores, salários pagos aos funcionários, entre outros. Marion (2003, p. 431) coloca que:

O fluxo de caixa pelo método direto é também denominado Fluxo de caixa no sentido Restrito. Muitos se referem a ele como o "verdadeiro Fluxo de caixa", porque nele são demonstrados todos os recebimentos e pagamentos que efetivamente concorreram para a variação das disponibilidades no período.

Desta maneira, o método direto exige um maior esforço na elaboração do mesmo, pois deve-se detalhar os fluxos das operações, iniciando-se pelos recebimento de vendas, ao em vez do lucro líquido, como é no método indireto, em seguida efetua-se os demais lançamentos de recebimentos como alugueis, arrendamentos, juros , dividendos, etc, e depois os de pagamentos como fornecedores, funcionários, juros pagos, impostos, etc.

Segundo Campos Filho (1999, p.41) é recomendado às empresas "relatar os fluxos de caixa das atividades operacionais diretamente, mostrando as principais classes de recebimentos e pagamentos operacionais (método direto)". No método direto as entradas e saídas operacionais são apresentadas de forma direta, isto é, primeiro as entradas, depois as saídas. A elaboração da demonstração do fluxo de caixa pelo método direto encontra-se a seguir (QUADRO 2):

QUADRO 2 – MODELO DE FLUXO DE CAIXA DIRETO

FLUXO DE CAIXA - MÉTODO DIRETO	
	R\$
Entradas e saídas de caixa e equivalentes de caixa	
Fluxo de caixa das atividades operacionais:	
Venda de mercadorias e serviços (+)	
Pagamento de fornecedores (-)	
Salários e encargos sociais dos empregados (-)	
Dividendos recebidos (+)	
Impostos e outras despesas legais (-)	
Recebimento de seguros (+)	
Caixa líquido das atividades operacionais (+/-)	
Fluxo de caixa das atividades de investimento:	
Venda de imobilizado (+)	
Aquisição de imobilizado (-)	
Aquisição de outras empresas (-)	
Caixa líquido das atividades de investimento (+/-)	
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:	
Empréstimos líquidos tomados (+)	
Pagamento de leasing (-)	
Emissão de ações (+)	
Caixa líquido das atividades de financiamento (+/-)	
Aumento/diminuição líquido de caixa e equivalente de caixa	
Caixa e equivalentes de caixa - início do ano	
Caixa a equivalentes de caixa - final do ano	

FONTE: CAMPOS FILHO (1999).

O Método Direto tem como vantagem a geração de informações com base em critérios técnicos livres, não sofrendo influência da legislação fiscal.

2.4.2 Método Indireto

“No Método Indireto o recurso obtido da atividade operacional da empresa é demonstrado a partir do lucro líquido, ajustado pelos itens que afetam o resultado, mas que, não modificam o caixa da empresa” (FIPECAFI, 1994, p.603). Neste método é possível a ligação entre o lucro líquido do exercício e o caixa gerado através da atividade operacional da empresa, desta forma evidência que as variações sofridas pelo caixa podem ter origem nas modificações dos prazos de recebimentos ou pagamentos.

Para Marion (2003, p.431) o método indireto pode ser conceituado como:

O fluxo obtido sob essa concepção é denominado Fluxo de Caixa pelo Método Indireto ou Fluxo de Caixa no Sentido Amplo. Isso se explica pela análise dos fundamentos de sua elaboração. É estruturado por meio de um procedimento semelhante ao da DOAR podendo mesmo ser considerado como uma ampliação da mesma.

Portanto, este método inicia-se pelo Lucro Líquido, excluindo-se as transações que foram caixa no passado ou que não são circulantes que não alteraram a conta disponível, como depreciações, amortização, ganhos ou perdas em vendas de imobilizado, etc. Este método é muito aceito pelos profissionais que elaboram o Fluxo de Caixa e a DOAR, por já estarem habituados a mesma, todavia os órgãos normatizadores das praticas contábeis, recomendam a utilização do Método direto, pela facilidade de compreensão do mesmo pelos seus usuários.

Segundo Campos Filho (1999, p.41), "as empresas que decidirem não mostrar os recebimentos e pagamentos operacionais deverão relatar a mesma importância de fluxo de caixa líquido das atividades operacionais indiretamente, ajustando o lucro líquido para reconciliá-lo ao fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (método indireto)". O método indireto apresenta o fluxo de caixa das atividades operacionais de forma indireta, realizando ajustes ao lucro líquido do exercício. O Quadro 3, apresenta a demonstração da estrutura da demonstração do fluxo de caixa quando elaborado pelo método indireto.

QUADRO 3 – DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PELO MÉTODO INDIRETO

FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO	
Entradas e saídas de caixa e equivalentes de caixa	
Fluxo de caixa das atividades operacionais:	
Lucro líquido	
Depreciação e amortização (+)	
Provisão para devedores duvidosos (+)	
Aumento/diminuição em fornecedores (+/-)	
Aumento/diminuição em contas a pagar (+/-)	
Aumento/diminuição em contas a receber (+/-)	
Aumento/diminuição em estoques (+/-)	
Caixa líquido das atividades operacionais (+/-)	
Fluxo de caixa das atividades de investimento:	
Venda de imobilizado (+)	
Aquisição de imobilizado (-)	
Aquisição de outras empresas (-)	
Caixa líquido das atividades de investimento (+/-)	
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:	
Empréstimos líquidos tomados (+)	
Pagamento de leasing (-)	
Emissão de ações (+)	
Caixa líquido das atividades de financiamento (+/-)	
Aumento / diminuição líquido de caixa e equivalente de caixa	
Caixa e equivalentes de caixa - início do ano	
Caixa e equivalentes de caixa - final do ano	

FONTE: CAMPOS FILHO (1999).

Ressalta-se ainda, que a demonstração do fluxo de caixa elaborada pelo método indireto apresenta no grupo das atividades operacionais primeiro o lucro líquido, proveniente da Demonstração do Resultado do Exercício, para em seguida adicionar os valores que não representam desembolso de caixa que tenham sido deduzidos do lucro na demonstração do resultado do exercício, ou seja, depreciação e amortização; provisão para devedores duvidosos; aumento ou diminuição referente a fornecedores, no caso de compras a prazo, ou contas a pagar, também a longo prazo; aumento ou diminuição de valores em contas a receber, para o caso de vendas a prazo ou nos estoques.

2.4.3 Vantagens e Desvantagens dos Métodos

a) Método Direto

- Vantagens:

- * Cria condições para que a classificação siga critérios técnicos e não fiscais;
- * Possibilita a disseminação da cultura de administrar pelo caixa;
- * As informações podem estar disponíveis diariamente (CAMPOS FILHO, 1999).

- Desvantagens:

- * Custo adicional para classificar os recebimentos e pagamentos;
- * Falta de preparo dos profissionais das áreas contábeis e de administração para lidar com a sistemática (CAMPOS FILHO, 1999).

b) Método Indireto

De acordo com Campos Filho (1999) as vantagens e desvantagens do método indireto são as seguintes:

- Vantagens:

- * Baixo custo, basta os dois balanços patrimoniais (o do início e o do final do período), a demonstração de Resultado do Exercício e algumas outras informações obtidas na contabilidade;
- * Concilia o lucro contábil com o fluxo de caixa operacional líquido, evidenciando a composição da diferença.

- Desvantagens:

- * O tempo necessário para gerar as informações pelo regime de competência e só então convertê-la para o regime de caixa;
- * O método elimina parcialmente as distorções geradas pela interferência contábil e fiscal na contabilidade oficial.

2.5 DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DOS RECURSOS - DOAR

A DOAR é definida pela Norma Brasileira de Contabilidade Técnica – NBC T3-6, por meio da Resolução CFC 686 de 14 de Dezembro de 1990, quanto ao seu conceito “a demonstração contábil destinada a evidenciar, num determinado período as modificações que originaram as variações no capital circulante líquido da entidade”.

Desta forma, a DOAR como seu próprio nome diz tem o objetivo de apresentar informações relacionadas a financiamentos e investimentos da empresa durante o exercício (IUDÍCIBUS e MARION, 1999, p.210).

Segundo FIPECAFI (1995, p.37) a DOAR “procura evidenciar as origens de recursos que aliviam a folga financeira de curto prazo e as aplicações de recursos que consomem essa folga”.

Marion (2002) acrescenta que embora a DOAR seja obrigatória por lei, há uma tendência de substituí-la pela Demonstração dos Fluxos de Caixa, segundo o autor nos Estados Unidos já ocorreu essa substituição e o Brasil está seguindo esta tendência.

FIPECAFI (1995, p.37) completa “no mundo inteiro há uma tendência para se substituir essa demonstração pelo fluxo de Caixa ou completa-la até chegar ao fluxo puro de disponibilidades, mas a lei não completou essa hipótese”.

2.6 COMPARAÇÃO ENTRE DFC E DOAR

Levando-se em consideração que a DOAR é uma demonstração obrigatória no Brasil, e que o DFC é utilizado pelas empresa para fins gerenciais, compara-los e discutir suas vantagens e desvantagens torna-se necessário.

Os autores Silva, Santos e Ogawa (1993) apresentam algumas vantagens e desvantagens dos demonstrativos.

Vantagens da DFC em relação a DOAR

- A DFC é de fácil entendimento enquanto a DOAR por utilizar termos técnicos é de difícil compreensão;
- A DFC preocupa-se principalmente em demonstrar a situação da empresa no curto prazo evidenciando apenas elementos monetários, já a DOAR engloba elementos de longo prazo inclusive não monetários;
- Pode-se antever problemas de insolvência e liquidez, enquanto a DOAR não propicia previsões futuras;
- Permite um melhor planejamento financeiro pois baseia-se no conceito de disponibilidade imediata obedecendo o regime de caixa e a DOAR é elaborada com base no conceito de Capital Circulante Líquido.

Vantagens da DOAR em relação a DFC

- A DOAR fornece um maior volume de informações que a DFC;
- É capaz de demonstrar a mutações na posição financeira como um todo, já a DFC não abrange as negociações financeiras de longo prazo;
- Fornece informações que não constam em outras demonstrações, como por exemplo: a possibilidade de demonstrar a compatibilidade entre a posição financeira e a distribuição de lucro.

Para os autores a principal discussão é a obrigatoriedade da divulgação da DFC, além de manter ou não a DOAR. O principal argumento dos que defendem DFC é o seu fácil entendimento, enquanto outros dizem que esta é muito suscetível a manipulações.

O professor Afonso (1999, p.1-10) assim escreveu sobre as diferenças entre DFC e DOAR:

A utilidade do fluxo de caixa tem sido ressaltada por diversos autores que apontam sua superioridade sobre os conceitos de Contabilidade. Johnson e Kaplan tratam do assunto mencionando sobre a inconsistência de se tentar apurar o resultado econômico da empresa em períodos curtos, levantando dúvidas a respeito da eficácia do regime de competência... Para Kieso e Weygandt, a maior razão dessa mudança no desenvolvimento das demonstrações financeiras é de que os investidores e analistas acham que o resultado contábil tem-se tornado muito distante do fundamento do fluxo de caixa da empresa; eles afirmam que os contadores usam muitos dispositivos de alocação arbitrários (impostos diferidos, depreciação,

amortização do intangível, reconhecimento de receita etc) e que são, portanto, computados na figura do lucro líquido, que está longe de ser um indicador aceitável na avaliação do desempenho da empresa [...]

A DFC utiliza o conceito de caixa, que é mais bem compreendido pelos usuários da contabilidade. O método direto de elaboração da DFC é mais recomendado. No entanto, uma pesquisa mostrou em 1993 que poucas empresas o adotavam.

A adoção da DFC em substituição a DOAR parece que sinaliza uma melhoria na qualidade da informação contábil, principalmente para aqueles usuários pouco conhecedores da teoria contábil.

O fato de a DFC pelo método direto ser de mais fácil compreensão do que a DOAR, justifica a substituição de uma pela outra, além de haver uma tendência mundial, à qual o Brasil não pode deixar de acompanhar.

2.7 ELABORAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

É de suma importância o Fluxo de Caixa em uma empresa, pois é através dele que o administrador financeiro vê antecipadamente a necessidade de recursos para honrar seus compromissos em seus respectivos vencimentos ou seus excessos de disponibilidade, possibilitando a escolha da melhor forma de aplicação. Outra função importante é que pelas informações demonstradas no Fluxo de Caixa, pode-se evitar a programação de desembolso desnecessário em períodos de baixo ou nenhum ingresso, ou seja programar os desembolsos conforme o grau de sua importância.

Neste sentido Zdanowicz, (2000) coloca que com base nos registros dos recebimentos e pagamentos de caixa, a empresa poderá programar as suas necessidades financeiras, bem como aplicar os possíveis excedentes de forma segura e rentável.

O fluxo de caixa é o instrumento que permite demonstrar as operações financeiras que serão realizadas pela empresa, facilitando a análise e decisão de comprometer os recursos financeiros, de selecionar o uso das linhas de crédito menos onerosas, de determinar o quanto a organização dispõe de capitais próprios,

bem como utilizar as disponibilidades da melhor forma possível. Deduz-se assim que o Fluxo de Caixa é de vital importância para a continuidade da empresa.

Para Matarazzo (2003, p.364) a DFC “apesar de ser útil as empresas, normalmente fica restrita ao nível gerencial. Por isso criamos uma demonstração que denominaremos de Demonstração do Fluxo Líquido de Caixa – DFCL, que mostra os efeitos de cada variável no caixa, tal como a Necessidade de Capital de Giro, expansão ou redução de atividade, realização de investimentos ou desmobilização, tomada ou amortização de financiamentos ...”

Esta estrutura será demonstrada na seqüência de quadros a seguir:

QUADRO 4 – BALANÇO PATRIMONIAL DA EMPRESA CIA. LÍQUIDA

	31.12.x5	31.12.x6
ATIVO		
CIRCULANTE		
Disponível	100	220
Dup. a receber	1.800	2.030
Estoques	1.400	1.185
SOMA	3.300	3.435
PERMANENTE		
Imobilizado		
Custo	2.800	3.145
Depreciação	(600)	(1.200)
TOTAL DO ATIVO	5.500	5.380
PASSIVO		
CIRCULANTE		
Fornecedores	1.100	1.400
Emprest. Bancários	400	370
SOMA	1.500	1.770
EXIG. LONGO PRAZO		
Financiamentos	500	660
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital	2.000	2.150
Lucros Acumulados	1.500	800
SOMA	3.500	2.950
TOTAL DO PASSIVO	5.500	5.380

FONTE: MATARAZZO (2003, p.366).

QUADRO 5 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO EM 31.12X6

VENDAS LÍQUIDAS		9.000
Custo das mercadorias vendidas		-6.700
Lucro Bruto		2.300
DESPESAS OPERACIONAIS		
Administrativos	2.200	
Depreciação do Exercício	600	-2.800
Prejuízo Operacional		-500
Prejuízo Líquido		-500

FONTE: MATARAZZO (2003, p.367).

QUADRO 6 – DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO. EM 31.12X6

	CAPITAL	LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
Saldo inicial	2.200	1.500	3.500
Aumento de capital	150		150
Prejuízo		-500	-500
Dividendos Pagos		-200	-200
Saldo Final	2.150	800	2.950

FONTE: MATARAZZO (2003, p.367)

QUADRO 7 – DOAR EM 31.12X6

ORIGENS		
Das operações		
Prejuízo do Exercício	-500	
+ Depreciação do Exercício	600	100
Dos Acionistas		
Aumento de Capital		150
De Terceiros		
Financiamentos de longo prazo		160
TOTAL DAS ORIGENS		410
APLICAÇÕES		
Dividendos		-200
Aquisição de Imobilizado		-345
		545
Redução do capital circulante Líquido		-135

FONTE: MATARAZZO (2003, p.368).

Conforme pode ser observado nos quadros acima, a empresa fictícia Cia. Líquida findou o exercício de 31.12x6 com prejuízo de R\$ 500, porém mesmo assim houve distribuição de dividendos para os acionistas no valor de R\$ 200.

A empresa também optou por pagar dívidas de longo prazo no valor de R\$ 160 e aumentou seu imobilizado em R\$ 345.

A seguir será demonstrado no Quadro 8 que apesar destes desembolsos o saldo do caixa da empresa Cia. Líquida manteve-se positivo.

QUADRO 8 – TRANSFORMAÇÃO DO RESULTADO ECONÔMICO (LUCRO OU PREJUÍZO) EM RESULTADO FINANCEIRO (CAIXA)

Prejuízo	-500	
+ Depreciação	<u>600</u>	100
+ Aumento de Fornecedores	300	
+ Redução de Estoques	215	
- Aumento de Duplic. a Receber	<u>-230</u>	285
- Redução de Empréstimos Bancário		-30
+ Aumento de Capital	150	
- Aumento de Imobilizado	-345	
- Dividendos	<u>-200</u>	-395
- Aumento Financiamento L. Prazo		160
Aumento do Saldo de Caixa		120

FONTE: MATARAZZO (2003, p.368).

Segundo Matarazzo esta transformação do Resultado Econômico em Resultado Financeiro, é na realidade a própria Demonstração do Fluxo Líquido de Caixa – DFCL porém, para facilitar a compreensão são necessários seguir algumas explicações conforme será demonstrado a seguir:

QUADRO 9 - GERAÇÃO BRUTA DE CAIXA

Prejuízo	-500
(+) Depreciação	<u>600</u>
Geração Bruta de Capital	100

QUADRO 10 - GERAÇÃO OPERACIONAL DE CAIXA

	<u>Inicial</u>	<u>Final</u>	<u>Varição</u>
Fornecedores	1.100	1.400	300
(-) Duplic. a receber	1.800	2.030	(230)
(-) Estoques	1.400	1.185	215
Necessidade Capital de Giro	2.100	1.815	285
Geração Bruta de Caixa			100
+ Variação da NCG			<u>285</u>
Geração Operacional de Caixa			385

QUADRO 11 - GERAÇÃO CORRENTE DE CAIXA

Empréstimo Bancário inicial - final 400 - 370 = -30	
Geração Operacional de Caixa	385
(-) Redução de Empréstimo Bancário	<u>30</u>
Geração Corrente de Caixa	355

Matarazzo elaborou então a partir dos quadros acima, uma estrutura denominada de Demonstração do Fluxo Líquido de Caixa – DFCL, onde demonstra a variação da NCG, a realização de investimentos, a tomada ou amortização de investimentos, expansão ou redução da atividade e por fim o saldo em tesouraria no período.

QUADRO 12 – DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO LÍQUIDO DE CAIXA EM 31.12.X6

Resultado do Exercício	-500	
(-) Ajustes		
Depreciação do Exercício	600	100
Geração Bruta de Caixa		100
Varição de NCG		
Varição dos Fornecedores	300	
Varição de Outros Passivos Op.		
Varição de Clientes	-230	
Varição de Estoques	215	285
Geração Operacional de Caixa		385
Varição de Empr. Bancários Curto Prazo		-30
Geração Corrente de Caixa		355
Varição dos itens Permanentes de Caixa		
Aumento de Capital	150	
Dividendos	-200	
Acréscimos de Imobilizado	-345	-395
Varição dos Itens Não Correntes		
Aumento de Financiamento de Longo Prazo	160	160
Geração Líquida de Caixa		120
+ Saldo Inicial de Caixa		100
- Saldo Final de Caixa		220

FONTE: MATARAZZO (2003, p.372).

Através da DFLC é possível o administrador da empresa visualizar com uma certa facilidade a situação financeira, e ainda, tomar decisões baseadas nesses resultados. É por tanto, avaliar a possibilidade de antecipar pagamentos a fornecedores ou amenizar financiamentos; ou então; mensurar a quantia ideal a ser tomada em empréstimos.

O autor sugere que se faça a avaliação da DFLC por itens, obedecendo a seguinte ordem: Geração Bruta de Caixa, Geração Operacional de Caixa, Geração Corrente de Caixa e Geração Líquida de Caixa.

Pela Geração Bruta de Caixa é possível verificar a qualidade dos recursos obtidos através da análise dos elementos que compõe o lucro, e ainda, identificar quais recursos a empresa utilizará para financiar operações de compra e venda.

O item Geração Operacional de Caixa revela através da confrontação dos itens do Ativo Circulante Operacional e do Passivo Circulante Operacional, a Necessidade de Capital de Giro – NCG que nada mais é que o montante gerado pelas atividades operacionais da empresa.

Já a Geração Corrente de Caixa demonstra o resultado do caixa obtido com atividades de curto prazo, oriundos de empréstimos bancários de curto prazo.

O item Geração Líquida de Caixa expressa o resultado final do caixa ao findar o exercício, e por tanto, representa os meios com os quais a empresa reforça sua tesouraria.

Contudo adverte o autor, não basta apenas gerar estes itens que geram a DFCL, é importantíssimo que haja conhecimento suficiente para saber interpreta-los e inter relacioná-los.

QUADRO 13 – REFORMATAÇÃO DA DOAR

Prejuízo do Exercício		-500
+ Depreciação		<u>600</u>
Geração Bruta de Caixa		100
+ Variação Permanente de Caixa no Exercício		
Aumento de Capital	150	
Dividendos	-200	
Acréscimo do Imobilizado	<u>-345</u>	<u>-395</u>
Variação do Capital de Giro Próprio		
+ Variação dos Itens não Correntes		
Aumento de Financiamento de Longo Prazo		<u>160</u>
Variação do Capital Circulante Líquido		-135

FONTE: MATARAZZO (2003, p.380).

Após reescrever a DOAR o autor faz o comparativo conforme pode ser observado no quadro abaixo:

QUADRO 14 - DFCL X DOAR

		DFLC	DOAR
Prejuízo do Exercício		-500	-500
+ Depreciação		600	600
Geração Bruta de Caixa		100	100
+ Variação da NCG		285	0
= Geração Operacional de Caixa		385	0
+ Var. de Empréstimo Bancário de Curto Prazo		-30	0
= Geração Corrente de Caixa		355	0
+ Variação Permanente de Caixa			
Aumento de Capital	150		
Dividendos	-200		
Acréscimo de Imobilizado	-345	-395	-395
Variação do Capital de Giro Próprio		0	-295
+ Variação nos Itens Correntes			
Aumento de Financiamento de Longo Prazo		160	160
Variação do Capital Circulante Líquido		0	-135
= Geração Líquida de Caixa		120	

FONTE: MATARAZZO (2003, p.381).

2.8 UTILIZAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA COMO INSTRUMENTO GERENCIAL

O fluxo de caixa é um instrumento de grande utilidade para a administração do disponível e sucesso da empresa, em termos de organização e controladoria.

Para reforçar essa afirmação, veja o que disseram os autores abaixo:

Frezatti (1997, p.28) define: “um instrumento gerencial é aquele que permite apoiar o processo decisório da organização, de maneira que ela esteja orientada para os resultados pretendidos”.

Zdanowicz (2000, p.54) assim escreveu sobre o fluxo de caixa, “permite ao administrador financeiro ter uma visão clara da época em que ocorrerão os ingressos e desembolsos de caixa, através da projeção das entradas e das saídas, decorrentes da atividade operacional da empresa para o período desejado”.

Campos Filho (1999, p.17) “Há muitas empresas obtendo ganhos significativos de produtividade, mas perdendo todo esse ganho ao tomar dinheiro emprestado, a curto prazo, a taxa de 40,0% a 50,0% ao ano. Os ‘ralos financeiros’ precisam ser fechados para que o empresário volte a ganhar dinheiro com seu negócio”.

Copeland (2000, p.65) “o lucro contábil só será útil em termos de avaliação quando os lucros forem uma boa aproximação do fluxo de caixa previsto para a empresa a longo prazo”.

Santos (2001, p.57) “as projeções de caixa da empresa tem várias finalidades. A principal delas é informar a capacidade que a empresa tem para liquidar seus compromissos financeiros a curto e longo prazo”.

Campos Filho (1999, p.22) também acrescenta: “para que a cultura de administrar pelos fluxos de caixa esteja presente na empresa, é necessário que, além do orçamento de caixa tenhamos também o controle orçamentário de caixa. Assim, haverá uma linguagem predominante nos negócios, a linguagem de caixa, que será utilizada para os dados históricos e para as projeções. O fluxo de caixa histórico pode, então ser comparado com o fluxo de caixa projetado, permitindo as correções necessárias. Além disso, os dados históricos de caixa servem de base para uma projeção mais realista do fluxo de caixa para os períodos seguintes”.

Qualquer que seja a empresa, independente de seu tamanho, ela é movida à caixa, e é por meio deste que se pode identificar exatamente o quanto está disponível. Assim, é preciso estruturar um modelo de fluxo de caixa com a capacidade de gerar informações de fácil compreensão, tanto para os administradores como para credores, acionistas, outros usuários.

Em síntese, o fluxo de caixa permite que a administração financeira conheça a real situação da empresa em termos de equilíbrio de caixa e liquidez.

Dispõe-se a seguir pressupostos necessários à correta abordagem e elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, sob a ótica da projeção.

Cash Management: este enfoque gerencial de caixa tem como características principais a visão integrada do caixa em relação aos negócios, equilíbrio financeiro de caixa e o planejamento dos impactos de ações no resultado final;

Expectativas realistas: na elaboração de um fluxo de caixa projetado é necessário que se tenha uma visão realista do mercado ao qual a empresa está inserida, assim é possível planejar com coerência, ter maior controle e visualizar melhor o curto e longo prazo.

Plano de contas: deve se adequado às necessidades da empresa, possuir nomenclatura clara e conter apenas contas importantes.

Horizonte: a empresa deve projetar o fluxo de caixa baseado na utilidade em termos de decisão. Se uma semana, 30, 60, 90, 360 dias é o ideal para a empresa, só ela pode dizer, embora muitos autores definam como ideal a projeção para longo prazo.

Metodologia: as mais utilizadas são:

- **programação:** preocupa-se em buscar a relação causa e efeito. É tida como a mais eficiente, sobre os eventos já acontecidos, programa-se as entradas e saídas de caixa, considerando-se na projeção a incerteza quanto ao recebimento e as defasagens entre vendas e recebimentos.
- **Método estatístico:** com dados históricos, projeta-se números para o próximo período orçamentado.
- **Distribuição:** caso particular de abordagem estatística, onde a idéia é projetar percentuais ou números índices para poder equalizar os valores em bases diárias.
- **Sensibilidade:** é o método mais utilizado nas empresas, onde o administrador utiliza o senso de percepção para projetar.

Formato: deve atender as necessidades da empresa atendendo aos seguintes requisitos: funcionalidade, exeqüibilidade e clareza.

Tão importante quanto saber elaborar e alimentar corretamente um fluxo de caixa é saber interpretar os resultados. São pontos importantes:

Consistência: é de suma importância que o fluxo de caixa contemple informações que darão qualidade a projeção dos resultados. É necessário entre outras coisas, observar os itens analisados, o período considerado e o nível de atualização das informações.

Comparação: é necessário para uma correta interpretação, que os dados sejam corrigidos devido a possíveis desvalorizações da moeda.

Otimização: é a busca pela maximização dos resultados, gerada pela integração dos setores operacional e financeiro.

Benchmark: é a meta ou objetivo a ser buscado na administração do fluxo de caixa.

3 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

No atual cenário econômico brasileiro os empresários buscam novas formas de gerenciamento das empresas, necessitando de informações que lhes dêem suporte em todas as etapas da gestão empresarial. Diante disso a contabilidade tornou-se provedora de informações para o processo de tomada de decisões.

Atualmente a Lei 6.404/76 obriga as empresas a elaborar e publicar a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos e o Fluxo de Caixa somente é utilizado para fins de gerenciamento.

Neste sentido, buscou-se através deste estudo discorrer sobre o que é Demonstração do Fluxo de Caixa – DFC, sua estrutura e o que consta nesse relatório, e sobre a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos – DOAR, apresentando vantagens e desvantagens no que diz respeito ao seu uso.

A DOAR – Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos é citada no FIPECAFI (1995, p.37) como sendo uma demonstração que “procura evidenciar as origens de recursos que aliviam a folga financeira de curto prazo e as aplicações de recursos que consomem esta folga”.

Já a DFC – Demonstração do Fluxo de Caixa é descrita por Santos como “um instrumento de planejamento financeiro que tem por objetivo fornecer estimativas da situação de caixa da empresa em determinado período de tempo à frente”.

Para Assaf Neto e Silva (1997, p.35) “a partir da elaboração do Fluxo de Caixa é possível prognosticar eventuais excedentes ou escassez de caixa, determinando-se medidas saneadoras a serem tomadas”.

É de consenso entre vários autores que a DOAR utiliza muitos termos técnicos, dificultando assim, a tomada de decisão baseada neste demonstrativo, por parte dos empresários.

Hoje, em todo o mundo há uma tendência para se substituir a DOAR pelo Fluxo de Caixa, ou completá-la até chegar ao fluxo puro de disponibilidades (FIPECAFI, 1995, p.37).

No campo da pesquisa pode-se ressaltar a hegemonia dos EUA, sendo que o Financial Accounting Standards Board – FASB editou em novembro/1987, a instrução FAZ-95 normatizando a forma de apresentação da demonstração dos fluxos de caixa.

Para a implantação de um Fluxo de Caixa, as empresas podem optar entre dois métodos, o direto e o indireto.

Pelo método direto, evidencia-se todos os recebimentos e pagamentos decorrentes das atividades operacionais da empresa, devendo apresentar os componentes do fluxo por seus valores brutos.

Pelo método indireto, os recursos provenientes das atividades operacionais são demonstrados a partir do lucro líquido, ajustado pelos itens que afetam o resultado, mas que não modificam o caixa da empresa.

Para demonstrar a importância da DFC foi elaborado a partir do modelo sugerido por Matarazzo um exemplo simplificado, mas que atende as necessidades dos usuários, neste modelo o autor usa as informações geradas pela DOAR para chegar a DFC e na seqüência a DFLC.

Este estudo não pretende afirmar que este seja o modelo ideal, uma vez que cada empresa possui especificidades que devem ser consideradas no momento da elaboração do Demonstrativo de Fluxo de Caixa. Todavia este modelo além de sua simplificação e praticidade permite ao usuário alterá-lo de acordo com suas necessidades.

QUADRO 15 – BALANÇO PATRIMONIAL

	ANO 01		ANO 02	
ATIVO				
CIRCULANTE				
Disponível		150		330
Dupl. a Receber		2.700		3.045
Estoques		2.100		1.775
SOMA		4.950		5.152
PERMANENTE				
Imobilizado				
Custo	4.200		4.717	
Depreciação	(900)	3.300	(1.800)	2.917
TOTAL DO ATIVO		8.250		8.070
PASSIVO				
CIRCULANTE				
Fornecedores		1.650		2.100
Empréstimos Bancários		600		555
SOMA		2.250		2.655
EXIG. A LONGO PRAZO				
Financiamentos		750		990
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital		3.000		3.225
Lucros Acumulados		2.250		1.200
SOMA		5.250		4.425
TOTAL DO PASSIVO		8.250		8.070

FONTE: Baseado em Matarazzo (2003).

QUADRO 16 – DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO ANO 02

VENDAS LÍQUIDAS		13.500
Custo das Mercadorias Vendidas		-10.050
Lucro Bruto		3.450
DESPESAS OPERACIONAIS		
Administrativos	3.300	
Depreciação do Exercício	900	-4.200
Prejuízo Operacional		-750
Prejuízo Líquido		-750

FONTE: Baseado em Matarazzo (2003).

QUADRO 17 – DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO ANO 02

	CAPITAL	LUCROS ACUMULADOS	TOTAL
Saldo Inicial	3.000	2.250	5.250
Aumento de Capital	225		225
Prejuízo		-750	-750
Dividendos Pagos		-300	-300
Saldo Final	3.225	1.200	4.425

FONTE: Baseado em Matarazzo (2003).

QUADRO 18 – DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS ANO 02

ORIGENS		
Das operações		
Prejuízo do exercício	-750	
(+) Depreciação do Exercício	900	150
Dos Acionistas		
Aumento de Capital		225
De Terceiros		
Financiamento de Longo Prazo		240
TOTAL DAS ORIGENS		615
APLICAÇÕES		
Dividendos		-300
Aquisição de Imobilizado		-517
		817
Redução do Capital Circulante Líquido		-202

FONTE: Baseado em Matarazzo (2003).

QUADRO 19 – DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO LIQUIDO DE CAIXA PARA O ANO 02

RESULTADO DO EXERCÍCIO	-750	
(-) Ajustes (despesas e receitas não caixa)		
Depreciação do Exercício	900	150
GERAÇÃO BRUTA DE CAIXA		150
<i>Variação da NCG</i>		
Variação dos Fornecedores	450	
Var. de outros passivos operacionais		
Variação de clientes	-345	
Variação Estoques	322	427
GERAÇÃO OPERACIONAL DE CAIXA		577
Variação de Empréstimos Banc. De CP		-45
GERAÇÃO CORRENTE DE CAIXA		532
<i>Variação dos itens Permanentes de Caixa</i>		
Aumento de Capital	225	
Dividendos	-300	
Acréscimo de Imobilizado	-517	-592
<i>Variação dos Itens Não Correntes</i>		
Aumento de Financiamentos de Longo Prazo	240	240
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA		180
(+) Saldo Inicial de Caixa		150
(=) Saldo Final de Caixa		330

FONTE: Baseado em Matarazzo (2003).

QUADRO 20 – DEMONSTRAÇÃO DO CAPITAL DE GIRO

	ANO 01		ANO 02	
	VALORES ABSOLUTOS		VALORES ABSOLUTOS	
DETERMINAÇÃO NCG				
AC operacional				
Clientes		2700		3045
Duplic. Receber		2100		1777
Outras At. Operacionais				
SOMA		4800		4822
PC operacional				
Fornecedores		1650	2100	2722
Outros Pas. Oper.				
SOMA	1650	3150		
FINANCIAMENTO NCG				
PL		5250		4425
(-) AP		3300		2917
(=) CGP		1950		1508
(+) ELP		750		990
(=) CCL		2700		2498
(+) EBCP		600		555
(=) FINANC. TOTAL NCG		3300		3053
(=) SALDO DE TESOURARIA		150		330
APLIC. FINANC.				
CX. + BANCOS		150		330

FONTE: Baseado em Matarazzo (2003).

QUADRO 21 – DETERMINAÇÃO DA VARIAÇÃO DA NCG NO ANO 02

A. C. Operacional	
Duplicatas a rec.	-345
Estoques	322
	-23
P. C. Operacional	
Fornecedores	427
VARIAÇÃO DE FINANCIAMENTO DA NCG	
PATRIMONIO LÍQUIDO	-825
(-) Ativo Permanente	382
= Capital de Giro Próprio	-443
(+) Exigível a Longo Prazo	240
= Capital Circulante Líquido	-203
(+) Obrigações Bancárias de Curto Prazo	-45
= Financiamento Gerado para a NCG	-248
= Saldo de Tesouraria	179
Aplicações Financeiras	
Cxa./Bancos	179

FONTE: Baseado em Matarazzo (2003).

QUADRO 22 – PRINCIPAIS ÍNDICES

Capacidade de Financiamento NCG	$\frac{+ \text{Geração Bruta de Caixa} \times 100}{\text{Variação NCG}}$	35,13%
Capacidade de Pagamento de Dívidas Bancárias de Curto Prazo	$\frac{= \text{Geração operacional de caixa} \times 100}{\text{Saldo Inicial de E. B. B.}}$	96,17%
Capacidade de Investimentos	$\frac{= \text{Geração Operacional de Caixa}}{\text{Variação dos Itens Permanentes de Caixa}}$	97,47%
Capacidade de Amortização de Financiamentos	$\frac{\text{Geração Operacional de Caixa} - \text{Variação Permanente de Caixa}}{\text{Saldo Inicial de ELP}}$	- 4%

FONTE: Baseado em Matarazzo (2003).

O exercício acima foi baseado no modelo de Matarazzo (2003). Através da criação de uma empresa fictícia denominada “X” buscou-se através da demonstração do passo-a-passo, apresentar a elaboração e interpretação de um Demonstrativo de Fluxo de Caixa que permita visualizar com certa facilidade, entre outras informações, a capacidade de pagamento de financiamentos de curto e longo prazo e do autofinanciamento das atividades da empresa.

Pode-se observar que a empresa “X” apresenta uma Geração Bruta de Caixa no valor de R\$ 150,00 e uma Geração Operacional de Caixa no valor de R\$ 577,00, esse aumento se deve principalmente a variação dos fornecedores de R\$ 450,00.

Observou-se ainda que a empresa tem uma capacidade de financiar o crescimento de sua atividade comercial da ordem de 35,13%.

Em virtude do saldo positivo da Geração Operacional de Caixa a empresa tem plena capacidade de autofinanciar suas operações, porém como seus empréstimos bancários de curto prazo são de R\$ 600,00 poderá amortiza-los parcialmente em 96,17%.

A empresa, no entanto, optou por utilizar a geração operacional de caixa para amortizar uma pequena parcela dos empréstimos bancários de curto prazo (R\$ 45,00), utilizando o restante do valor para financiar seus investimentos (97,47%),

desta forma não restaram recursos para amortizar financiamentos de longo prazo (-4%).

Observando-se o Quadro 18 pode-se verificar que embora a empresa tenha apresentado prejuízo no ano 02, optou por manter remuneração dos acionistas, distribuído dividendos da ordem de R\$ 300,00. A empresa optou ainda por aumentar seu Ativo Imobilizado para R\$ 517,00.

Pode-se concluir através da análise dos índices apresentados pela empresa que sua gestão visa o aumento da capacidade produtiva, conforme verifica-se no aumento do Ativo Imobilizado, por outro lado, como a empresa optou por pagar apenas uma parcela pequena de suas obrigações bancárias de curto prazo poderá, ter problemas, pois o saldo de caixa pode não ser suficiente para liquidar as dívidas de curto prazo.

O sucesso da empresa dependerá de sua política de vendas. Pois se aumentar a produção e vendê-la a vista ou no curto prazo, não terá problemas com o saldo de caixa, podendo liquidar suas dívidas de curto prazo, caso contrário, terá que renegociar essas dívidas.

4 CONCLUSÃO

O objetivo deste estudo foi, além de propiciar uma contribuição complementar aos estudos já existentes na elaboração da Demonstração do Fluxo de Caixa, apresentar um modelo simplificado, mas eficiente que possa atender as necessidades dos administradores de empresas, haja vista que os administradores tem dificuldade em extrair informações da DOAR.

A DOAR pode ser considerada uma demonstração contábil destinada a evidenciar as modificações que originaram as variações no Capital Circulante Líquido durante um determinado período.

Por Demonstração do Fluxo de Caixa, entende-se a sistemática e dinâmica exposição dos fluxos de recursos financeiros que ingressam e são utilizados por uma empresa num determinado período. A utilização desta, não se restringe apenas para o administrador visualizar as movimentações passadas ou presentes, mas é extremamente relevante para o futuro, pois, tanto em termos de geração ou consumo de recursos financeiros, é considerada como instrumento valiosíssimo para medir a capacidade de auto-financiamento da empresa, ou então, diagnosticar a viabilidade de tomar recursos de terceiros como fonte de financiamento, o que permitirá escolher a melhor proposta de acordo com sua capacidade de pagamento.

A DFC é um instrumento dos mais ricos para o setor empresarial, se bem utilizada é capaz de contribuir para a maximização dos resultados da empresa. Não se preconiza, todavia, a utilização isolada da DFC como único meio de avaliação gerencial.

A utilidade da contabilidade e do regime de competência é incontestável, complementar e não excludente ao regime de caixa, base da demonstração dos fluxos de caixa.

Durante este estudo pode-se observar que existe um vasto material bibliográfico defendendo a utilização tanto da DFC como da DOAR.

Quanto a polêmica da primazia da Demonstração do Fluxo de Caixa - DFC sobre a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos – DOAR e vice-versa, este estudo defende que as demonstrações são igualmente úteis, válidas e complementares e não excludentes entre si. Cada uma a seu modo fornece informações úteis a seus usuários.

Assim, este estudo buscou através de um modelo baseado no autor Matarazzo apresentar uma metodologia que pudesse atender as necessidades gerenciais das empresas. Este modelo apresentado pode contribuir para melhor direcionar os recursos das empresas, sendo um instrumento poderoso no processo de tomada de decisão.

Diante do exposto a análise conjunta da DOAR, da DFC e das demais demonstrações contábeis, permite ao administrador avaliar e tomar decisões mais fundamentadas especialmente em relação a otimização dos recursos econômico-financeiros.

Portanto, faz-se importante dar continuidade a esta discussão com o intuito de aprimorar o desempenho da área contábil em relação a sua função de provedora de informações úteis a empresa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSAF NETO, Alexandre. **O crepúsculo do conhecimento contábil**. Caderno de estudos FIPECAFI. São Paulo: 1989.

BRAGA, Roberto. MARQUES, José Augusto Veiga da Costa. **Revista contabilidade e finanças**. São Paulo: 2001.

CAMPOS FILHO, Ademar. **Demonstração dos fluxos de caixa**: uma ferramenta indispensável para administrar sua empresa. São Paulo: Atlas, 1999.

COPELAND, Thomas E. **Avaliação de empresas – Valuation**. Tradução Maria Cláudia S. R. Ratto. 1. ed. São Paulo: Makron Books, 2000.

DRUCKER, Peter F. **Administrando para o futuro**. São Paulo: Pioneira, 1985.

FALCINI, Primo. **Avaliação econômica de empresas: técnica e prática**. 2. ed. São Paulo – SP: Atlas, 1995.

FIPECAFI. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações**. 4. ed. São Paulo – SP: Atlas, 1994.

FRANCO, Hilário. **Auditoria Contábil**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2001.

GIL, Antonio Carlos. **Como Elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo – SP: Atlas, 1991.

GITMAN, J. L. **Princípios de Administração Financeira**. 7. ed. São Paulo: Harbra Ltda, 1997.

HENDRIKSEN, Eldon S. BREDA, Michael F. Van. **Teoria da Contabilidade**. Tradução: Antônio Zoratto Sanvicente. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

IUDÍCIBUS, Sérgio de, MARION, José Carlos. **Introdução à teoria da contabilidade**: para o nível de graduação. São Paulo: Atlas, 1999.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Teoria da Contabilidade**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1997.

_____. Caderno de Estudos FIPECAFI. São Paulo: 1989.

- KING, Alfred M. **Total cash management**. New York: Mcgraw Hill, 1994.
- MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
_____. **Contabilidade Empresarial**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1998.
- MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de Custo**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1998.
_____. **Caderno Temática Contábil IOB**, 1989 e 2000.
- MARTINS, Gilberto de Andrade; LINTZ, Alexandre. **Guia para elaboração de monografias e trabalhos de conclusão de curso**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- MATTARAZO, Dante. **Análise Financeira de Balanços: abordagem básica e gerencial**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2003.
_____. **Análise Financeira de Balanços: abordagem básica e gerencial**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 1997.
- SÁ, Antonio Lopes de. **Dicionário de Contabilidade**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1990.
_____. **Dicionário de Contabilidade**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 1998.
- SANTOS, Ariovaldo dos; LUSTOSA, Paulo Roberto B. **Caderno Temática Contábil**. São Paulo: 1999 e 2000.
- SANTOS, Edno Oliveira dos. **Administração Financeira da Pequena e Média Empresa**. São Paulo: Atlas, 2001.
- SILVA, César Augusto Tibúrcio. SANTOS, Jocineiro Oliveira dos. OGAWA, Jorge Sadayoshi, Cadernos de estudos FIPECAFI. São Paulo: 1993.
- SMITH, Keith. **Reidings on the management of working capital**. 2. ed. St. Paul, Minn.: West Publishing Company, 1980.
- SOLOMOS, D. **Economic and accouting concepts of income**. Accounting Review. V.36, n.º 3, July, 1961.
- ZDANOWICZ, Jose Eduardo. **Planejamento financeiro e orçamento** 4. ed. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2000.
_____. **Fluxo de Caixa: Uma decisão de planejamento e controle financeiros**. 8. ed. Porto Alegre: Editora Sagra Luzatto, 1998.